

Mesas liberadas

Gizella Rodrigues

Mais uma tentativa de chegar a um consenso sobre as invasões de áreas públicas no Plano Piloto. Hoje, o administrador de Brasília, Luis Antônio Almeida Reis, vai se reunir com representantes do Sindicato de Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares (Sindhobar) e lideranças comunitárias das Asas Sul e Norte para discutir a utilização de área pública por bares e restaurantes. A reunião pode resultar em boa notícia para os comerciantes: a Administração de Brasília admite permitir a colocação de mesas e cadeiras nas calçadas das quadras.

Pela proposta, no entanto, a ocupação será padronizada. O número de mesas ou a metragem da área utilizada serão

limitadas. O administrador não quis adiantar qual será o limite permitido. "Esse número pode gerar polêmica antes de ser ao menos proposto. Em todo lugar do mundo há mesas e cadeiras na calçada", afirma. "Mas só será permitido aqui se que a comunidade e os lojistas chegarem a um acordo que nós vamos mediar. Não estou impondo nada. Quero ouvir a todos", resalta Reis.

A maior tolerância da administração, porém, não significa a regularização de todos os *pxadinhos*. De acordo com a Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau), que também estará na reunião, 96,9 mil metros quadrados de áreas públicas são ocupados irregularmente no Plano Piloto. Desse total, 52 mil m² são descobertos, ocupados apenas com mesas e

ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA ADMITE DEIXAR BARES E RESTAURANTES RECEBEREM FREGUESES NAS CALÇADAS

06 JUL 2006

Mesas liberadas

cadeiras. Mas 44,9 mil m² é de área coberta, ou seja, edificada ou pelo menos com toldos.

Reis afirma que a proposta não inclui as construções fixas. "As construções ainda serão tema de outros encontros. Pretendemos fazer um projeto-piloto em uma quadra, que possa ser ampliado para toda a cidade", diz o administrador. "O assunto é mais complexo do que se imagina. São mais de 20 discussões e nenhuma solução foi encontrada", completa.

■ Promessa de demolição

No dia 22 de maio, a Justiça determinou que o GDF derrube definitivamente 19 construções irregulares na 105 Sul feitas, em muitos casos, há mais de 20 anos. Ainda cabem recursos da sentença, mas Reis diz que não vê empecilhos para o cumprimento da ordem. "Estamos tranquilos quanto a isso. Quando a decisão for definitiva, ela será cumprida", afirma.

O presidente em exercício do Sindhobar, Clayton Faria Machado, é favorável a que o governo permita invasões e estipule o espaço a ser ocupado, padronize o material usado nas construções e até cobre pela área. Segundo Clayton, o sindicato já fez diversas sugestões para o governo regularizar os *pxadinhos*, mas todas elas esbarraram no tombamento de Brasília. "Acreditamos que é preciso rever esse tombamento. A cidade não pode ficar engessada", ele opina.

De acordo com o presidente do Sindhobar, as lojas invadem área pública porque há uma demanda a ser atendida e o espaço das lojas é pequeno.

FRANCISCO STUCKERT / 12.04.2006



■ REIS GARANTE: NEM TODOS OS PUXADINHOS SERÃO PERMITIDOS